

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021
ATA N.º 2/2021
(CONTÉM 32 PÁGINAS)

CF
A

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de 22 de abril de 2021, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, através de videoconferência, pelas 09h30m, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Período antes da ordem do dia;
3. Aprovação da ata da sessão realizada a 26 de fevereiro de 2021;
4. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Miranda do Douro 2021-2030;
5. Aprovação em definitivo do Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro;
6. Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro - 2.º Semestre de 2020, no âmbito do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro;
7. Proposta - Revisão legal de contas, triénio 2021/2023 - Nomeação de auditor externo;
8. Proposta - Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social para o ano 2021;
9. 2.ª Alteração modificativa ao orçamento para 2021, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da receita e a 1.ª alteração ao plano de atividades municipais;
10. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara.

G
A

Constatou-se a ausência dos seguintes membros: Alberto José Raposo, Zulmira do Nascimento M. Cristal Firmino, e Urbino Anjos Correia, tendo sido justificadas as respectivas faltas. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: Carlos do Nascimento Ferreira, Antero Correia Besteiro, António Augusto Castro Carção, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Marisa Pardal Lavrador, Luz Jesus Guerra João, Bruno Filipe Lourenço Torrado, Eduardo Luís Tiago B. Sanches da Gama, Priscila Salomé R. Oliveira, Mário João Ferreira Vaz, Aida Sofia Ribeiro da Silva, Carlos Eduardo Córdova Pêra, António José Fernandes Ribeiro, José Marcelino Antão, Camilo António Vaz das Neves Raposo, Abílio Domingues Pires Barril, Manuel Guerra Gonçalves, Jorge Jacoto Lourenço, José Francisco Gonçalves Ribeiro, Luís Augusto Lucas, Aquilino José Morete Ginjo, Miguel Augusto Gomes Martins, Silvino F. Preto da Silva, e Adérito dos Santos Martins. -

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: o Presidente da Câmara Municipal, Artur Manuel Rodrigues Nunes, e os Vereadores, Ilídio Rodrigues, Anabela Torrão, Manuel Rodrigo Martins, e António Nuno Marcos Rodrigues. -----

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos do Nascimento Ferreira, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou os seus cumprimentos a todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu propondo a introdução de três assuntos na ordem de trabalhos, alusivos aos seguintes temas: -----

- *Proposta – Revisão legal de contas, triénio 2021/2023 – Nomeação de auditor externo.* -----

- *Proposta – Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social para o ano 2021.* -

G
A

Sessão de 30 de abril de 2021

- 2.^a Alteração modificativa ao orçamento para 2021, que compreende a 2.^a alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.^a alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 2.^a alteração modificativa ao orçamento da receita e a 1.^a alteração ao plano de atividades municipais. ---

O **Presidente da Assembleia Municipal** pôs a votação a inserção dos assuntos supracitados, tendo sido aprovado por unanimidade a sua inclusão. ---

1. Informações. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que, esta assembleia municipal tinha emitido um voto de pesar pelo falecimento do capitão de abril, Teófilo Bento, que posteriormente foi enviado à sua família para conhecimento. Deu conhecimento de que, a sua esposa em seu nome e em nome dos seus filhos, fez questão de enviar um email no passado dia 25 de abril, agradecendo o voto de pesar apresentado, bem como, agradecer a sensibilidade demonstrada por parte deste organismo. -----

Em seguida abriu inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão, e prosseguiu dizendo que, não foi enviado um documento que habitualmente era submetido à aprovação da Assembleia Municipal nesta sessão, nomeadamente a conta de gerência de 2020. -----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que, seria conveniente que o Sr. Presidente da Câmara Municipal informasse os membros desta assembleia porque motivo não foi apresentado o referido documento, caso assim entendam. -----

Mencionou que, embora ele próprio se tenha informado e tenha já conhecimento do motivo que levou a que não tivesse sido apresentada a conta de gerência do ano transato, considera que seria imprescindível informar os membros desta assembleia que não tenham conhecimento. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, lhe parece que deve ser dada uma explicação para esse facto abordando o Sr. Presidente da Câmara Municipal para, caso assim entenda, dê uma breve explicação a respeito dessa questão. -----

CF
K

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para explicar por que motivo não foi apresentada a conta de gerência de 2020, iniciando por apresentar os seus cumprimentos a todos quantos participavam na sessão e prosseguindo transmitiu que, em primeiro lugar, havia dúvidas em relação ao agendamento desta sessão, se era obrigatória ou não a sua realização. Questão colocada pelo Presidente da Assembleia Municipal à Associação Nacional das Assembleias Municipais e também por ter havido alterações ao POCAL que passou a ser SNC-AP e atendendo a alterações legislativas relativamente a esses conteúdos. Referiu que, a meados de abril foi dado conhecimento de que as contas deviam ser apresentadas até ao final de maio, tendo sido colocada a questão da possibilidade de realizar uma sessão em maio, tendo a DGAL comunicado que as contas podiam ser entregues até ao final de junho. Mas como ainda não foram disponibilizados ao município alguns mapas que devem integrar as contas, existe algum défice de informação essencial para que seja apresentada a conta de gerência de 2020, pelo motivo ainda não ter sido apresentada. -----

Terminada a intervenção do Deputado António Carção, e a explicação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos, passando ao ponto seguinte. -----

2. Período antes da ordem do dia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção, Antero Besteiro, Jorge Jacoto Lourenço, Aquilino Ginjo, Silvino Silva, e Tiago Sanches da Gama. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o seu reconhecimento pessoal e institucional, apresentando palavras de incentivo em relação aos dois prémios que o nosso município recebeu recentemente, concretamente, atribuídos à posta mirandesa, e ao miradouro da Fraga do Puio, em Picote. A todas as instituições que estiveram envolvidas nestes dois grandes projetos, deixou os seus parabéns, desde à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia de Picote, e demais associações e entidades. Comentou que, quando

o concelho recebe estes galardões, é uma “*proua*” para todos nós felicitar todos os que estiveram envolvidos na atribuição destes dois reconhecimentos. -----

O **Deputado António Carção**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e em seguida manifestou que, está solidário com as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia Municipal quando se referiu aos galardões atribuídos a entidades mirandesas. -----

Comentou que, Miranda do Douro é um paraíso cultural e que tem direito a esses galardões, afirmando que, virá a ter mais por que serão descobertos outros atributos. -----

Fazendo menção ao “25 de abril”, disse que, a referida data foi celebrada há alguns dias atras, declarando que se considera uma pessoa de abril, porque foi formado com os valores de abril, sendo que, abril faz parte do seu Norte. ----

Mencionou as suas conquistas do “25 de abril”, nomeadamente, o reforço do poder local, o combate às desigualdades, a liberdade de imprensa, a igualdade de oportunidades. -----

Expôs que, se deve ter em atenção que o “25 de abril” ficará sempre incompleto enquanto o interior do país e as suas gentes continuarem a ser constantemente ignoradas e abandonadas pelo poder central. -----

Fez alusão ao atual negócio de favor entre o Governo e a EDP dizendo que, é a prova provada do total desrespeito pelo interior transmontano e em particular para com o concelho de Miranda do Douro. -----

Em relação à igualdade de oportunidades, afirmou com toda a convicção que, nos últimos concursos para seleção de pessoal abertos pela Câmara Municipal, os jovens mirandeses não foram tratados com a mesma igualdade de oportunidade, declarando que, este tipo de atitude não se enquadra nos valores do “25 de abril”. -----

Comentou que, não é fácil combater a demagogia dos partidos antidemocráticos e é ainda pior quando nos arrogamos de democratas de cravo ao peito e se têm comportamentos antidemocratas. -----

Declarou que, de uma vez por todas, os políticos têm que se consciencializar de que são eleitos para servir e não para se servir. -----

Afirmou que, a indignação é um direito, não é um crime. -----

Disse que, não pretende ofender ninguém com as declarações que vai fazer a seguir, afirmando que, respeitando o princípio da presunção da inocência a que todos temos direito, lembrou que, esta assembleia municipal já agraciou um filho da terra com a medalha de mérito e que hoje é arguido num processo judicial. Comentando que, a dar crédito às notícias publicadas nos jornais, o Presidente da Câmara de Miranda do Douro e mais alguns funcionários também são arguidos, e isto em sua opinião também não é abril. --

Referindo-se ainda à mesma questão disse que, com este comentário não pretende condenar, mas também, não pretende ignorar, porque se por um lado na opinião de uns isto não é abril, por outro lado outros acreditam, assim como ele próprio, que é abril a funcionar. -----

Em relação à visita efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo Presidente da Assembleia Municipal a sua Ex.cia o Sr. Presidente da República, considera que essas operações de charme ficam sempre bem a qualquer município e a qualquer presidente, e que, pena é não fazer mais. -----

Referiu que, tem um senão a apontar, em relação às oferendas levadas ao Sr. Presidente da República, mencionando que, Miranda do Douro é um concelho culturalmente rico, pelo que devem ser oferecidos produtos de Miranda do Douro, não havendo necessidade de oferecer a essas entidades algo que não seja símbolo do nosso concelho. -----

Em relação ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) disse que, gostaria de ouvir do Sr. Presidente da Câmara se tem algo a mencionar desde a última reunião. Perguntando, se, entretanto, houve alguma alteração ao referido plano e se podemos acredita, já que, o plano não satisfaz os interesses das câmaras do interior, nem das suas populações. -----

Relembrou que, dia vinte e oito de dezembro do ano transato o Sr. Ministro do Ambiente veio a Miranda do Douro com um grupo de trabalho, tendo prometido criar um fundo para infraestruturas da região, e que o apresentaria passado um mês, já passou o mês de janeiro e ainda não se viu nada a esse respeito. -----

Comentou que, ouviu numa das sessões da Assembleia da República que até ao final de março seria entregue um documento nesse âmbito, e que, já

estamos no final do mês de abril e ainda nada foi apresentado, solicitando informação a respeito de quais serão as grandes infraestruturas para esta região, já concretizadas e qual o seu valor, bem como, se já foi paga a primeira tranche do valor de 7,5% (sete e meio por cento) de IVA, que a EDP devia pagar em relação à produção, conforme aprovado no respetivo artigo do orçamento geral do Estado. -----

Referindo-se à campanha de vacinação que tem estado a decorrer no nosso concelho referiu que teve conhecimento de que tem estado a decorrer com normalidade, aproveitando para felicitar todos os profissionais que estão envolvidos nesse processo. No entanto, considera que há pequenas coisas que podiam ter corrido muito melhor, nomeadamente, a disponibilização de transporte por parte da Câmara Municipal aos utentes que necessitassem transporte para esse efeito. Manifestou a sua perplexidade ao saber que os mais idosos tiveram que alugar ambulâncias e táxis para irem ser vacinados. ----

Considera que, se tem havido um bocadinho de sensibilidade por parte da Câmara Municipal que os respetivos serviços poderiam ter organizado o transporte para quem necessitasse o que lhe teria ficado muito bem. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** dando resposta imediata ao Deputado António Carção a respeito da missiva que ele e o Presidente da Câmara fizeram a sua Ex.cia o Presidente da Republica, referiu que, o Sr. Presidente da Câmara entregou recordações institucionais, em representação da Câmara Municipal, e ele pessoalmente, entregou recordações da sua própria autoria, criadas e concebidas por ele mesmo, concretamente, um conjunto de livros da sua autoria que publicou em mirandês e a sua tese, escrita em português e em mirandês, bem como, uma máscara de madeira esculpida pelas suas próprias mãos. Concluindo que, portanto, nada foi oferecido que não fosse produzido e representativo do nosso concelho. -----

O **Deputado Antero Besteiro**, cumprimentou todos os que se encontravam na sessão e em seguida afirmou que fazia das palavras do Deputado António Carção as suas palavras, a respeito da campanha de vacinação que tem estado a ser levada a cabo neste concelho. -----

Referindo que, ele mesmo já tinha sido vacinado contra a covid19, agradecendo aos profissionais da saúde, à proteção civil, e demais funcionários envolvidos nesse processo, felicitando todos pelo trabalho efetuado. -----

Falou a respeito do arranjo do caminho que dá acesso ao parque da Cegaduonha, cujos terrenos se encontram no território que integra por um lado Vila Chã e por outro Picote, agradecendo aos respetivos Presidentes de Junta de Freguesia por já terem mandado arranjar o referido caminho. -----

Alertou para que, não permitam determinadas ações levadas a cabo por parte de aventureiros que utilizam o referido caminho para fazer passeios com veículos todo o terreno, que se deslocam a altas velocidades pondo em risco a sua própria segurança e a segurança de outras pessoas que por lá passam, danificando o caminho. -----

Lembrou que, o Sr. Presidente da Câmara Municipal se comprometeu a mandar averiguar a respeito desses passeios, e que, seria informada a Guarda Nacional Republicana dos problemas que podem advir desses passeios com veículos todo o terreno a altas velocidades. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal referiu que, ficou bastante satisfeito, ao verificar em visita ao parque do Rio Fresno, que tinham sido limpas as ervas nas margens, trabalhos esses que foram interrompidos. ----

Comentou que, teve conhecimento de que estava previsto realizar uma reunião com a juventude mirandesa e o Sr. Bispo no anfiteatro ao ar livre aí existente, tendo sido apenas limpas as margens da área envolvente daquele espaço, não tendo sido limpo o restante. Referiu ainda a respeito desta questão que, as ervas cortadas foram atiradas para a mata em vez de terem sido retiradas do local, apelando para que sejam terminados os trabalhos por o parque é todo um e deve ser integralmente limpo. -----

Comentou que, devido ao temporal que se fez sentir ultimamente caíram dois ou três pinheiros mansos no parque do Rio Fresno, e para além dos prejuízos que deram nas grades de proteção, as suas copas ainda se encontram amontoadas naquele local. Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal quando será feita a remoção das mesmas, comentando que, já foram retirados os troncos desses mesmos pinhos, mas que, deixaram ficar as copas. -----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal para quando está previsto o asfaltamento das ruas nas freguesias do concelho, nomeadamente, São Martinho, Constantim e Paradela. Ainda a respeito do asfaltamento das ruas, perguntou, quando haverá disponibilidade para asfaltar as ruas em Miranda do Douro, afirmando que, em sua opinião Miranda do Douro deve ser a localidade do concelho que tem piores ruas. -----

Felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, e louvou o trabalho efetuado pelos funcionários da Câmara Municipal nas imediações do cemitério municipal de Miranda do Douro. -----

Solicitou que, providencie junto da EDP para que mandem podar os pinheiros mansos que se encontram no antigo Bairro Verde, cuja rama já toca o chão e caso haja incendio a rama daqueles pinheiros são bom combustível e arderão de imediato. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, apresentou os seus cumprimentos a todos os que estavam presentes na sessão e prosseguindo agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal as palavras que proferiu referindo-se aos galardões atribuídos ao concelho de Miranda do Douro, referindo que, é algo que nos deve deixar cheios de alegria e satisfação. No que toca à freguesia de Picote, disse que, o galardão atribuído pelo miradouro da Fraga do Puio, é de todos os Picoteses e Barrocalenses, mas também, de todos os Mirandeses, porque, considera que, o que beneficiar uma das freguesias beneficiará o resto do concelho. -----

Comentou que, isto é a prova de que, o trabalho feito em conjunto permite fazer mais, apelando aos representantes do município para que em conjunto, não só na sua freguesia, mas nas demais, se unam esforços, porque quando se trabalha em conjunto se consegue fazer mais e melhor beneficiando todos. O que, em sua opinião deve se feito em relação a outros projetos que estão a ser levados a cabo na sua freguesia. Apelando para que, seja feito um esforço para que seja dado um contributo, por forma a levar a cabo alguns desses projetos que estão a decorrer, projetos esses que vão valorizar não só a sua freguesia, mas também, todo o concelho. -----

Felicitou o município e os seus trabalhadores pelo excelente trabalho de limpeza que estão a fazer ao longo da estrada que liga o Barrocal do Douro às placas de Picote. -----

Mencionou que, a coisa mais importante que a Câmara Municipal tem são os seus funcionários, pelo que, esta felicitação tem que ser feita, porque efetivamente têm estado a fazer um excelente trabalho e deve ser reconhecido.

Chamou mais uma vez à atenção para a estrada municipal, antiga estrada nacional 221-6, que dá acesso à barragem de Picote, dizendo que, a escarpa ao longo da referida via vai largando pedras para a faixa de rodagem o que se torna muito perigoso para os automobilistas, apelando para que seja providenciado no sentido de arranjar maneira de resolver esse problema. -----

Congratulou-se, em nome da Junta de Freguesia de Picote, pela nova concessionária das barragens, a Movhera e a Engie, pela sua decisão de fixarem as suas sedes no Concelho de Miranda do Douro. -----

Atenta, para que, esta decisão se materialize efetivamente em atos concretos que beneficiem não só o município e que esses mesmos atos se traduzam em efeitos de benefícios fiscais para o município. Espera que, não sejam apenas meras decisões de escritório sem repercussões naquilo que é a vida deste município e dos mirandeses em geral. -----

Felicitou o município pela instalação do Centro de Vacinação, bem como, todos os que se envolveram nesta tarefa, concretamente, o Centro de Saúde e todo o staff envolvido nesse processo de vacinação, do que, pelo que tem conhecimento tem estado a decorrer com imenso sucesso. -----

Deu conhecimento de que, a sua junta de freguesia tem estado a disponibilizar, através da colaboração da Obra Kolping, uma carrinha para o transporte de pessoas que precisam de transporte para virem ser vacinadas. ----

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal qual é o ponto de situação relativamente ao protocolo da cedência dos imóveis que iriam passar para as juntas de freguesia na sequencia do processo que é paralelo à transferência de competências, bem como, da questão da transferência dos 2,5% (dois e meio por cento) do IRS, que se destina ao arranjo dos caminhos nas freguesias. -----

Agradeceu ao Deputado Antero Besteiro as palavras que lhe dirigiu em relação à freguesia de Picote, dizendo que, está sempre disponível para colaborar com todos, sendo esse o espírito que pretende manter enquanto for dirigente autárquico naquela junta de freguesia. -----

Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal, no âmbito dos arranjos urbanísticos, se ainda vai ser possível ser feita alguma intervenção na freguesia que representa, seja em Picote, seja no Barrocal do Douro. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor**, Aquilino Ginjo, cumprimentou todos os que se encontravam presentes, e continuou abordando alguns assuntos. -----

Apelou para que, a Câmara Municipal em conjunto com o ICNF encontrem uma forma de restringir o acesso aos caminhos das freguesias aos raids de veículos todo o terreno. Informou a esse respeito que, são delineados percursos e disponibilizados na net, ficando desse modo disponibilizados para todos. Comentou que, as juntas de freguesia gastam imensas verbas para mandarem arranjar os caminhos e ao serem feitos esses raids em pouco tempo ficam novamente estragados. -----

Falou a respeito da polémica que surgiu relativamente ao Hermitério dos Santos, dizendo que, não tem dúvidas de que o referido ermitério sempre foi de Sendim e sempre teve acesso por Sendim. No entanto, considera que o mais importante é que o Ermitério dos Santos tenha sido recuperado pela Direção Regional da Cultura, independentemente de ter acesso por Sendim ou por Picote, assim como, o facto do local estar georreferenciado, permitindo que as pessoas possam visita-lo. -----

Comentou que, a portaria publicada relativamente ao Ermitério dos Santos refere que, o mesmo se encontra situado entre as freguesias de Picote e de Sendim, mas que, não vê inconveniente nenhum quanto à sua localização desde que as pessoas possam ter acesso. -----

Quanto ao transporte para a vacinação contra a covid19 transmitiu que, conversou com o Presidente da Câmara Municipal no sentido de averiguar se o município poderia disponibilizar transporte para a deslocação ao Centro de Vacinação, em Miranda do Douro, a pedido de alguns munícipes da freguesia

Sessão de 30 de abril de 2021

que representa, a respeito do que o Presidente da Câmara Municipal se pronunciará caso considere que deve fazê-lo. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, solicitou novamente o uso da palavra e tendo-lhe sido dada, disse que, embora se tratasse de um preciosismo, e a respeito do que o Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor disse relativamente à questão do Ermitério dos Santos, referiu que, o património é de todos, e como tal, deve ser protegido e divulgado. Quanto ao resto, considera que, as coisas são muito claras, e mais do que qualquer polémica, é aquilo que resulta da portaria de classificação do Ermitério dos Santos, que são constituídos pelos frescos propriamente ditos e pela Capela de S. Paulo. E por esse motivo, na portaria de classificação é referido que está entre os termos de Picote e de Sendim. -----

Afirmou que, apesar do local onde se encontram os frescos estar num terreno que é propriedade de uma pessoa de Sendim, não se pode afirmar que pertenceu sempre a Sendim, sendo que, está na matriz que limita a área administrativa da Freguesia de Picote. -----

Transmitiu que, já lá tinham estado em conjunto com a Direção Regional da Cultura, que por sua vez, colocou no local um painel identificativo e explicativo onde aparece essa menção para que ninguém fique com dúvidas, onde se refere que a Capela de S. Paulo está efetivamente no termo de Sendim.

Afirmou que, neste caso, o que é claro é a portaria, e que o mais importante é a preservação e a divulgação do nosso património que faz parte da nossa identidade cultural e da nossa cultura. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu, a título de curiosidade que do ponto de vista dos limites, ao que vulgarmente se chama linha imaginária, só existe na separação entre concelhos, no que se refere à separação de freguesias, não é assim tão claro. -----

O **Deputado António Carção** solicitou o uso da palavra para falar a respeito do ermitério dizendo que, concorda com tudo o que foi dito a esse respeito, expondo que, os acessos ao ermitério têm que ser muito melhorados, a não ser que tenham sido melhorados nos últimos dois meses, porque depois do Natal foi visitar a Capela de S. Paulo e teve dificuldade, em chegar ao local,

com um veículo todo o terreno, afirmando que já que se pretende valorizar, também deve ser valorizado o acesso. -----

O **Presidente da União de Freguesias de São Pedro de Silva e Águas Vivas**, Silvino Silva, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu dizendo, quanto à questão da utilização dos caminhos agrícolas por veículos todo o terreno que, seria bom que o município pudesse ajudar as juntas de freguesia nesse âmbito. -----

Comentou que, a União de Freguesias que representa, S. Pedro de Silva e Águas Vivas, se depara com dois clubes, um de motares e outro de veículos todo o terreno do concelho de Vimioso, que causam muitos problemas e não sabe a quem deve recorrer para resolve-los. -----

Referindo-se à intervenção feita pelo Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor, afirmou que, efetivamente as juntas de freguesia fazem um grande esforço para manter os caminhos em boas condições e depois vêm esses clubes fazer raids e estragam tudo, assegurando que, é necessário tomar uma posição sólida em relação a essa questão. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para prestar esclarecimentos acerca das questões que lhe foram colocadas. -----

A respeito da questão concernente ao negócio das barragens, lembrou que, o Sr. Ministro do Ambiente esteve em Miranda do Douro em dezembro do ano passado, tendo então sido criado um grupo de trabalho, para durante um período estipulado de noventa dias fazer uma análise em relação a esse mesmo negócio. -----

Comentou que, entretanto, esse prazo expirou no final de março deste ano, transmitindo que, o documento elaborado por parte desse mesmo grupo de trabalho está praticamente concluído, e será apresentado publicamente por quem de direito, que neste caso, é o Sr. Ministro do Ambiente, que representa, em conjunto com os presidentes de câmara, bem como, a própria APA, esse mesmo grupo de trabalho. -----

Em relação à intervenção do Deputado António Carção, referiu que, o que foi dito na Assembleia da República não foi propriamente o que o Deputado Carção acabou de dizer, referindo que essa é mais uma mentira, de entre

outras que foram ditas a respeito desta matéria. Dizendo que, o Ministro do Ambiente ficou de apresentar um conjunto de documentos, que, nada têm a ver com o documento elaborado pelo grupo de trabalho criado para esse efeito. ----

Declarou que, não é advogado de defesa de ninguém sendo a sua defesa os interesses do Concelho de Miranda do Douro e tudo o que implica os investimentos nas diferentes componentes para o Concelho de Miranda do Douro, no âmbito do grupo de trabalho. -----

Relativamente ao IVA, referiu que, também se verificou imprecisão, mas que, compete à Autoridade Tributária verificar se é devido ou não, e se é ou não pago. -----

Sobre as barragens disse que, e a respeito da intervenção do Deputado António Carção, disse que, já tinha informado em reunião de câmara que, o relatório final será apresentado em Miranda do Douro, no sábado, às três e meia da tarde, na presença de vinte seis convidados, e caso, depois da sua apresentação ainda restem dúvidas que consulte um advogado especializado em direito fiscal, para que o esclareça. -----

Relativamente aos passeios de veículos todo o terreno disse que, nesse mesmo dia vai ser assinado o modelo de cogestão do Parque Natural do Douro Internacional, o que leva à implementação de um conjunto de regras. -----

Expôs que, ele próprio colocou algumas questões em relação ao modelo de cogestão, nomeadamente, quanto à atuação dos bombeiros sapadores, dizendo que, só fazem limpeza em alguns locais do concelho e noutros locais nem sequer passam, nem limpam, o que, considera que deve ser legislado. -----

Quanto à movimentação de veículos todo o terreno, informou que, já existe legislação a respeito dessa matéria, sendo que, os passeios organizados requerem de autorização. -----

Lembrou que, no caso de S. Pedro da Silva, que a freguesia está integrada na Rede Natura, pelo que, tem que ser solicitado parecer para organizar esses passeios, o que ficará regulado através do modelo da cogestão do Parque Natural do Douro Internacional. -----

Relativamente à campanha de vacinação, disse que, o agendamento da vacinação foi concertado entre as juntas de freguesia do concelho e o Centro de

Saúde de Miranda do Douro, nomeadamente, a USL, estando a ser feita a articulação com a proteção civil, e também a gestão dos transportes neste concelho. -----

Relativamente à vacinação propriamente dita, referiu que, o processo tem estado a correr bastante bem. -----

No que se refere à intervenção do Deputado Antero Besteiro, disse que, de facto o Parque do Rio Fresno tem tido uma atenção especial e que o trabalho de limpeza vai continuar a ser feito. Sendo que, os funcionários que têm estado a fazer esse trabalho foram deslocalizados para outro local e por esse motivo é que o trabalho ficou a meio, assegurando que será concluído, bem como, a recolha do sobranço do pinho manso e dos arbustos cortados. -----

Quanto à questão da colocação de massa asfáltica na cidade, passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ilídio Rodrigues, para dar resposta, porque é uma questão intrínseca ao seu pelouro. -----

O **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, Dr. Ilídio Rodrigues, em resposta ao Deputado Antero Besteiro disse que, esses arranjos urbanísticos estão inseridos numa adjudicação feita há já algum tempo, e que, essa empreitada já foi iniciada, tendo sido dado início aos trabalhos noutra localidade, porque a componente em Miranda do Douro, inclui apenas a colocação de massa asfáltica e por esse motivo é que ainda não se deu início aos trabalhos em Miranda do Douro. -----

Referiu que, a empresa Inertil, deu o feedback de que durante todo o mês de maio e junho irá iniciar a colocação de massa asfáltica em Miranda do Douro, dizendo que, se trata de um valor substancialmente elevado, que ronda entre os duzentos e oitenta e os duzentos e noventa mil euros, sendo variadíssimos os arruamentos previstos para asfaltamento. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu, relativamente às outras questões que lhe foram colocadas, concretamente, à questão 2,5% (dois e meio por cento) do IRS, para a recuperação de caminhos, que ainda não há informação a esse respeito, e logo que tenha informação a respeito do apuramento desse valor se procederá a sua atribuição. -----

4
K

Sessão de 30 de abril de 2021

Sobre o alcatroamento e arranjo de zonas de risco disse que, algumas freguesias ainda não foram contactadas no sentido de apurar quais são as necessidades nesse âmbito, e que, esse trabalho está a ser feito, para depois fazer os arranjos necessários. -----

Acerca do protocolo a celebrar com as juntas de freguesia no âmbito da transferência de imóveis para as juntas de freguesia, respondeu que, ainda não avançou muito, mas que, pretende brevemente voltar a essa questão. -----

Sobre o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência respondeu que, foram feitas as reclamações concernentes ao que estava previsto, quer no âmbito da Câmara Municipal, quer no âmbito da Comunidade Intermunicipal. -----

Transmitiu relativamente a este assunto que, saiu um documento muito genérico, tendo sido feita referência no jornal Expresso a essa informação, fazendo alusão de que, o primeiro documento do PRR era muito expressivo, que destacava e contemplava todas as obras, sendo o documento apresentado publicamente muito genérico. Referindo que, neste último documento não constam as obras que o primeiro continha e nem faz grande referência ao que se irá fazer. Informou que, conversou com a Secretária de Estado de Valorização do Anterior a respeito desta matéria, porque no primeiro PRR estava contemplada uma verba do valor de cento e dez milhões de euros, destinada às ligações transfronteiriças, fazendo alusão a uma quantia do valor de trezentos e trinta milhões de euros para as ligações transfronteiriças, no documento que foi apresentado. -----

Expôs, a respeito desta questão, que lhe foi dito que havia um erro de informação, comentando que se lermos o que está no jornal Expresso que aquilo que foi proposto a Bruxelas é díspar daquilo que foi apresentado, informação que, também é díspar do que foi apresentado no primeiro PRR. -----

Disse que, ficará a aguardar informações explícitas a respeito do PRR, e que, já fez públicas as suas opiniões a respeito da forma como foi tratada esta questão, sendo que, esta seria uma oportunidade que o país tinha de reabilitar o território do interior. -----

O **Deputado Tiago Sanches da Gama**, apresentou os seus cumprimentos a quantos se encontravam presentes na sessão e em seguida deixou algumas

palavras a respeito do processo de vacinação, referindo que, tem conhecimento de que tem estado a decorrer em Miranda do Douro, felicitando todos os envolvidos neste processo, comentando que sabe que está a correr bem, à semelhança do que tem vindo a acontecer no resto do país. Mencionou que, o único que pode não correr tão bem é a falta de vacinas disponíveis, porque não serão suficientes para vacinar toda a gente. -----

Disse que, o que o levou a intervir foi o facto de o Presidente da Câmara Municipal referir a palavra “mentira” em relação às várias declarações feitas pelo Deputado António Carção relativamente à questão do negócio da venda das barragens. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal disse que, tem estado tantas vezes em contacto com o Ministro do Ambiente que depois de mentira em mentira, se calhar a mentira acaba por se pegar. -----

Comentou que, o Salazar quando queria resolver um determinado assunto nomeava uma pessoa, quando não queria resolver o assunto nomeava uma comissão. Mencionou que, apesar do vinte cinco de abril continuam a ser utilizados os tiques maus, que é nomear comissões para nada se fazer. -----

Referiu que, a confusão que está aqui feita é que, o Deputado António Carção misturou duas coisas. Uma delas foi o que foi aprovado na Assembleia da República, concretamente, o fundo. E esse fundo tem na mesma os noventa dias e o Governo não fez a publicação, outra coisa é a comissão dos presidentes de câmara que o Sr. Ministro do Ambiente fez, em que, também ainda não chegaram a conclusões, que devem ser apresentadas. -----

Quanto ao artigo cento e trinta e quatro do Orçamento do Estado, referiu que diz, (O fundo resultante do traspasse da concessão das barragens...) e para não se alongar passou à alínea d) do referido artigo, que diz o seguinte: -----

“A participação dos municípios na receita de IVA e de IRC prevista nos artigos 25 e 26, da alínea a), da Lei n.º 72/2013, de 03 de setembro, aplicam-se os critérios de distribuição previstos no artigo 18.º da mesma lei, independentemente da titularidade destas receitas.” Continuando disse que, isto significa que, a EDP Produção e a REN, como estavam as duas sediadas em Lisboa faturavam uma à outra e quem recebia os impostos era o município de Lisboa. Afirmando que, quem tem que receber é o município onde é feita a

produção, e assim sendo, é o município de Miranda do Douro que neste momento já lhe é devido o IVA. -----

O **Deputado António Carção** fez novamente uso da palavra dizendo que concordava com as palavras do Deputado Sanches da Gama a respeito do negócio das barragens, assegurando que, não confundiu, nem é confundível o que é o fundo, as propostas apresentadas pelo Ministro do Ambiente, nem o Orçamento Geral do Estado, no que se refere ao artigo cento e trinta e quatro. --

Em primeiro lugar, disse que, se trata de coisas diferentes, garantindo que tem tudo bem claro. Em segundo, afirmou que, não se atreve a chamar mentiroso ao Sr. Presidente da Câmara, nem nada que se pareça, garantindo que, nunca alimentou a mentira e o diz que diz, preferindo ir sempre ao cerne da questão. -----

Expôs que, se estava a referir à visita do Ministro do Ambiente, e nosso conterrâneo Matos Fernandes, a Miranda do Douro no dia vinte e oito de dezembro, tendo então o Sr. Ministro prestado declarações à comunicação social e afirmado que até ao fim do mês de janeiro iria apresentar aos municípios envolvidos nesta questão da venda das barragens uma proposta onde seriam identificadas quais as infraestruturas e os montantes a executar em cada um dos municípios. Colocando em questão para quê prestar aquelas declarações. Segundo crê, seria para branquear uma situação da que já tinha sido cúmplice do não pagamento dos, cento e dez milhões de imposto de selo.

Afirmou que, o que este Ministro do Ambiente está a fazer é branquear um favor que fez à EDP, e que, acredita que esta é a verdade a grande divergência entre os autarcas e o Movimento Cultural das Terras de Miranda. ----

Em relação a estas duas fações, disse que, uns querem mais protagonismo do que os outros e que as coisas acontecem desta forma, porque uma coisa é o que o Ministro prometeu, para branquear, para falsear, para calar, para politicar, dizendo que, o Ministro está a politicar este assunto. -----

Referiu que, a Assembleia da República, cuja gravação tem e em resposta à Mariana Mortágua o Ministro respondeu que, ...” *amanhã mesmo lhe enviarei fotocópias não rasuradas, que não tenham publicidade, ou dados pessoais*”, a respeito do que comentou que, essa resposta dava ele no dia a seguir,

**Sessão de 30 de abril de 2021**

relembrando que todo o projeto e todas as infraestruturas e o montante em dinheiro para esta região iria ser visto até ao fim do mês de março. -----

Relembrou que, e tal como o Sr. Presidente da Câmara Municipal muito bem disse, em dezembro o Sr. Ministro disse que apresentaria o relatório em noventa dias. Afirmou que, isto é algo que tem que ser dito, afirmando que não se pode politizar, branquear, falsear, e o Ministro do Ambiente em conluio com este Governo e para branquear os, cento e dez milhões de euros, está a tentar arremessar dinheiro aos mirandeses e aos transmontanos para ver se se calam.

Continuando, disse que, outra coisa é o artigo cento e trinta e quatro do Orçamento Geral do Estado, em que o Partido Socialista votou contra, onde se encontram incluídos os 7,5% (sete e meio por cento) do total do IVA da produção em cada concelho, bem como, o IMI. E se, não for a EDP a pagá-lo terá que ser o Governo Português a liquidá-lo a cada um dos concelhos com barragens. -----

Apresentou um pedido de desculpas ao Presidente da Câmara pelo desaforo, comentando que, se o Governo não está a cumprir o orçamento que ele próprio aprovou, e que, quando foi votada, alínea a alínea, o Partido Socialista votou contra este artigo, mas que, teve que aprovar o orçamento para continuar no Governo, dizendo que, se aprovou o orçamento tem que o cumprir. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal disse que, dispõe de um Chefe de Divisão Administrativa e Financeira para apurar o que nos devem, enquanto município, e além disse também dispõe de advogados na Câmara que podem tratar desse assunto. -----

Afirmou que, não lhe compete na qualidade de Deputado da Assembleia Municipal contratar um advogado para fazer cumprir o Governo perante este município, apelando ao Presidente da Câmara Municipal para que haja coerência, afirmando que, não foi eleito para defender os Mirandeses, mas apenas para ajudar o Sr. Presidente a defender os Mirandeses, porque toda a gente sabe que este município está a ser lesado, roubado, espoliado e o Presidente da Câmara vem agora dizer que outros devem consultar um advogado para defender a Câmara. -----

Disponibilizou-se para em conjunto com todos os membros desta Assembleia fazer com que o Governo pague o que é devido ao Município de Miranda do Douro, porque considera que o Município deve receber tudo ao que tem direito, e que, se deve lutar com unhas e dentes por tudo ao que se tem direito. -----

Lembrou de quando houve a intenção de encerrar alguns serviços públicos em Miranda do Douro, que o Presidente da Câmara Municipal tomou a iniciativa de organizar uma manifestação para manter os serviços abertos, afirmando que, neste caso já se deviam ter feito algumas manifestações. -----

Afirmou que, razão tiveram no após 25 de abril os mirandeses ao ocuparem as barragens e considera que a Câmara Municipal já devia ter organizado manifestações públicas neste contexto. Disse que, por incrível que pareça a Câmara está mais preocupada em dar a mão a este Ministro do Ambiente, que nos rouba, e a um Governo que não cumpre um orçamento que ele próprio aprovou. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que, este assunto dito desta maneira, da forma que o Deputado António Carção o fez, fê-lo em tempo superior à sua primeira intervenção. -----

Declarou que, não compreende muitas vezes a dualidade do Presidente da Assembleia Municipal e os critérios adotados relativamente à cedência da palavra nas sessões. Afirmou que, compreende a posição do Presidente da Assembleia Municipal relativamente a esta questão porque é uma posição assumida publicamente, em relação a esta matéria. Dizendo que, o seu papel como Presidente da Assembleia Municipal deveria efetivamente ser um papel institucional e não um papel de cidadão comum. Dizendo que, nesse sentido, percebe a sua intenção de querer estender todo este assunto até muito mais do que se deveria, mas considera que deveria ter esse papel institucional. -----

Pediu desculpa por se dirigir desta maneira a ele, mas que, é um papel que deveria assumir aqui enquanto Presidente desta Assembleia e não apenas enquanto um cidadão comum. -----

Sobre as intervenções que foram feitas relativamente às barragens disse que, em primeiro lugar não está do lado do Sr. Ministro, imagem que quiseram

fazer passar, transmitindo que a Sr.^a Jornalista da SIC lhe telefonou variadíssimas vezes para que lhe prestasse declarações relativamente à sua posição em relação à questão das barragens. -----

Referiu que, foi feito um pacto de autarcas para trabalhar em conjunto, tendo sido acordado que não fossem prestadas declarações públicas por parte de nenhum autarca relativamente a esta questão das barragens. Por isso, em relação a esta matéria manterá até ao fim esse pacto que fez com os seus congéneres presidentes de câmara, defendendo os interesses deste concelho desde um ponto de vista institucional e aclarando todas as situações e dúvidas que ele tinha, com esclarecimentos específicos sobre esta matéria. Ainda a respeito desta matéria disse que, dará toda a informação que tem disponível para esclarecer e retirar todas as dúvidas que possam ainda persistir. -----

Quanto ao Orçamento do Estado, disse que, foi votado integral e favoravelmente pelo Partido Socialista, na sua generalidade. Relativamente ao artigo cento e trinta e quatro disse que, há muitas incongruências, tratando-se de um articulado mal construído desde o princípio do artigo, ou seja, nada do que lá está é verdadeiro sob um ponto de vista legislativo e já teve oportunidade de esclarecer acerca dessa questão. Sobre a componente dos impostos disse que, o Governo através do Orçamento do Estado, pode regular o que quiser relativamente à questão de impostos. Referindo que, há uma coisa que é importante, primeiro saber se o imposto é devido em termos fiscais da Lei das Finanças Locais, e se for esse dinheiro é devido à Câmara Municipal de Miranda do Douro. Afirmou que, enquanto Presidente da Câmara Municipal, jamais transferirá esse dinheiro para um fundo para ser gerido por uma comissão. Por isso, ele é contra às alíneas específicas do artigo cento e trinta e quatro, exatamente pelo princípio de que o dinheiro é exclusivamente devido à Câmara Municipal de Miranda do Douro, e independentemente de ser este ou o próximo Executivo Municipal a gastá-lo, é para o interesse do Concelho de Miranda do Douro no âmbito das Finanças Locais. -----

Transmitiu que, o Estado tem já um regulamento feito nesse âmbito para a gestão do fundo. Reiterou e voltou a sublinhar que, enquanto Presidente da Câmara Municipal considera que não deve ser transferido nem um cêntimo para

o fundo. Reforçando que, se o dinheiro for devido ao Concelho de Miranda do Douro ele fará parte dos cofres da Câmara Municipal, dizendo que, também não autoriza que uma entidade como o ICNF, como foi feito no Baixo Sabor, ou o próprio fundo ambiental, venha gerir um fundo que é componente da lei das finanças locais. -----

Relativamente às questões secundárias, sobre o partido, deixou nota de que, depois da apresentação do relatório terá a oportunidade de explicar tudo isto aos jornalistas e a todos os membros desta assembleia, se assim o entenderem. -----

Prosseguiu dizendo que, a primeira grande machadada no concelho de Miranda do Douro foi dada pela Ex-Ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, que numa correção orçamental o Estado usufruiu de nove mil milhões de euros. -----

Relembrou que, além disso também há componentes do Governo Cavaco sobre o que foi feito relativamente à proteção da EDP, e que, como estas questões são muito técnicas, muito específicas se disponibilizará para agendar uma reunião e dar toda a informação disponível para explicar concretamente todos estes assuntos. -----

Mencionou que, as reuniões que tem tido com a Autoridade Tributária ao mais alto nível e no âmbito do Ministério do Ambiente, têm a ver com questões de direito efetivo relativamente aos bens de domínio público. Referindo que, há aqui um conjunto de instrumentos que foram utilizados, e que, terá todo o gosto em disponibilizar para apagar todas as inverdades que foram proferidas por algumas pessoas que andam consecutivamente na televisão a dizer coisíssima nenhuma, declarações essas que criaram confusão nas pessoas e levam a interpretações erradas. -----

Referiu que, todos nós sabemos e sentimos na pele, desde muito jovens, o papel da EDP no nosso território, referindo que, essa correção é também facilmente populista para termos votos nas eleições, afirmando que ele e o atual executivo municipal já não tem neste momento essa necessidade. -----

Afirmou que, e necessário esclarecer o que é de direito de Miranda do Douro, e que, nesse sentido está a ser feito um conjunto de ações que vão ser

G
K

Sessão de 30 de abril de 2021

apresentadas e para acautelar determinadas situações relativamente às barragens e relativamente a algumas questões que não foram acauteladas no passado e que vão ser agora corrigidas. -----

Para concluir disse que, após apresentação do relatório final no próximo sábado, disponibilizar-se-á para ter uma reunião com todos os membros dos órgãos executivo e deliberativo para falar sobre estas questões técnicas, com informação concreta sobre todas as incongruências que foram feitas desde 1952. Incongruências essas incriminatórias e criminais em vários processos, que passaram por diferentes governos, por diferentes ministros, por diferentes secretários de estado. Considera que, é importante que estas questões venham ao de cima e que se consigam claramente explicar, afirmando que, o que se tem vindo a passar a esse nível tem sido altamente penalizador para o concelho de Miranda do Douro ao longo de todos estes anos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, disse que não lhe desculpa a arrogância e deselegância para com o cargo de Presidente que ocupa naquela Assembleia, sendo já a segunda vez que o chama à atenção para a forma como dirige a sessão da Assembleia Municipal. Lembrou-lhe que enquanto Presidente da Câmara Municipal foi eleito para dirigir a Câmara Municipal e ele enquanto Presidente desta Assembleia Municipal nunca teve a ousadia de se dirigir a ele daquela maneira, nem imiscuir-se em assuntos que ao Presidente da Assembleia dizem respeito. -----

Repisou que já é a segunda vez que toma aquela atitude em relação ao cargo que desempenha e à sua pessoa, afirmando que, não lhe fica bem e por isso não lhe desculpa essa arrogância pela segunda vez. -----

Relembrou que, foi eleito pelos mirandeses para dirigir esta Assembleia Municipal, e que tem feito o melhor que sabe e pode, e que, não estava à espera de receber esse género de palavras desagradáveis da pessoa do Presidente da Câmara Municipal, que não tem qualquer tipo de autoridade sobre ele. Quem tem autoridade sobre ele, são as mirandesas e os mirandeses que o elegeram e será a eles que prestará contas. -----

A **Deputada Virgínia Preto**, solicitou o uso da palavra para agradecer publicamente as palavras proferidas por parte de alguns dos membros desta

Sessão de 30 de abril de 2021

assembleia relativamente ao trabalho que tem estado a ser feito pelos profissionais de saúde deste concelho, quanto à vacinação da população, transmitindo que, comunicará esse mesmo reconhecimento a todos esses mesmos profissionais da área da saúde. -----

Concluídas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto que seguinte. -----

3. Aprovação da ata da sessão realizada a 26 de fevereiro de 2021.

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado Mário Torrão. -----

O **Deputado Mário Torrão**, cumprimentou todos os que se encontravam presentes na sessão e prosseguiu deixando as seguintes retificações. -----

Solicitou que, fossem efetuadas duas correções ao projeto da ata enviada, nomeadamente, na sua intervenção que se encontra nas folhas números vinte e dois e vinte e três. As referidas correções têm a ver com a conotação da palavra “não”, tendo numa delas sido colocada a referida palavra e não deveria ter sido colocada e na outra por não ter sido colocada e deveria ter sido. -----

Disse que, quando é referido, “...*quero demonstrar o meu desagrado pelo facto de as atas continuarem a refletir na realidade aquilo que alguns intervenientes nas sessões vêm dizendo aquando das suas intervenções*” está incorreto, devia constar, “...*quero demonstrar o meu desagrado pelo facto de as atas continuarem a não referir na realidade aquilo que alguns intervenientes nas sessões vêm dizendo aquando das suas intervenções*”. O mesmo acontecendo num parágrafo mais à frente em que disse: “*Não para si Sr. Presidente, porque estou certo que não ia insistir no erro evidenciando uma inclinação político-partidária ...*”, dizendo que devia constar: “*Não para si Sr. Presidente, porque estou certo que ia insistir no erro evidenciando uma inclinação político-partidária ...*”. -----

Comentou que, não fariam sentido as suas declarações, nem o que a seguir vinha declarado. -----

Referiu ainda que, tinha mais algumas verdades a dizer sobre este assunto, mas que ia parar por aqui, porque pode haver algum democrata que

C

A

Sessão de 30 de abril de 2021

se irrite por ouvi-las e quem sabe até manda-lo prender, lembrando a propósito que estamos a comemorar abril. -----

Encerrado o período das intervenções, foi colocada a votação a ata da sessão realizada no dia vinte seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, tendo sido aprovada, por unanimidade, dos membros presentes na referida sessão, nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, da Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo, com as correções propostas pelo Deputado Mário Torrão. -----

4. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Miranda do Douro 2021-2030. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: António Carção e Aquilino Ginjo. -----

O **Deputado António Carção** referiu que este assunto é um assunto tão complicado e complexo que considera que extravasa as suas competências e maioria das competências dos membros desta assembleia, e, portanto, nada mais haverá a fazer a não ser aprovar e aclamar. -----

Mencionou que, segundo sabe através da imprensa a este respeito este plano peca por tardio, aproveitando a ocasião para relembrar de forma saudosa o que aconteceu aos dois soldados da paz, num passado recente, no nosso concelho. -----

É de opinião de que, devido a esse nosso passado devíamos ter sido muito mais céleres a apresentar este plano, porque era voz corrente que metade dos municípios do nosso país não tinham Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

Comentou que, depois de ler o documento verificou que tem a aprovação de todas as instâncias, e que, assim sendo, nada mais haverá a questionar a este respeito. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que, gostaria que o Vereador Ilídio Rodrigues se pronunciasse a respeito desta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** assentiu que o Vereador Ilídio Rodrigues se pronunciasse, tendo-lhe passado a palavra. -----

Sessão de 30 de abril de 2021

O **Vereador Ilídio Rodrigues** dirigindo-se ao Deputado António Carção, disse que, é com muito orgulho que o informa de que esta não é o primeiro Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios do Município de Miranda do Douro e que o nosso município foi o primeiro município da região norte do país a ter Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios. -----

Explicou que, este é o novo plano porque foi alterado, verificando-se algum atraso nesta alteração, e com alguns constrangimentos, devido ao atraso da empresa que fez esta alteração. -----

Comentou que, esta alteração vai permitir que sejam implementados alguns investimentos importantes no concelho, sobretudo para as pessoas que os pretendem implementar, porque vai permitir que sejam implementados. -----

Referiu que, o anterior plano, em função das cartas de risco, não permitia que esses investimentos fossem feitos, nomeadamente, na área da agricultura e da pecuária, o que impossibilitava implementa-los nos terrenos onde as pessoas pretendiam fazer esses investimentos, e estas alterações vem desbloquear essas situações. -----

O **Presidente da União de Freguesias de Sendim e Atenor**, Aquilino Ginjo, realçou que este plano foi já aprovado na Comissão da qual também faz parte, assim como, o Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro, o que ocorreu no passado dia 25 de março, tendo obtido parecer favorável por parte da Comissão, que integra representantes de diversas entidades. -----

Realçou também, o facto do Presidente da Câmara Municipal não ter seguido o conselho do Secretário de Estado da tutela, e por isso este foi um dos poucos municípios que procederam à revisão do plano. -----

Congratulou-se pelo facto de agora poderem ser retificadas algumas situações na freguesia que representa, o mesmo acontecendo noutras freguesias deste concelho. -----

Referiu que, se verificou que, embora a Câmara Municipal tenha retificado a cartografia do concelho, o ICNF regulou-se pela antiga cartografia, o que provocou confusão. -----

Felicitou o Presidente da Câmara Municipal e todos os técnicos da Câmara Municipal que tomaram parte na concretização deste projeto. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote** referiu que, este é um documento estratégico fundamental para o concelho, onde se vai tentando fazer alguns investimentos e com o plano anterior tal não era possível. Felicitando por esse motivo o Município por ter mandado proceder a esta alteração e trazê-lo a aprovação, para que, efetivamente possa facilitar alguns investimentos que estavam a tentar implementar no concelho, o que não era possível antes fazê-lo porque o plano anterior não o permitia, deixando nota de agradecimento ao município, apelando para que se proceda com a maior brevidade possível à sua publicação, para que possa produzir efeitos no mais rápido espaço de tempo, porque sem a publicação não se torna eficaz. -----

Por outro lado, disse que, é verdade que estes documentos são documentos muito complexos, aconselhando que, num futuro quando houver algumas notas de documentos desta natureza, que seja enviado um resumo para que mais facilmente possam ser tiradas ilações fundamentais e as alterações mais importantes. -----

O **Deputado Tiago Sanches da Gama** pediu esclarecimento a respeito deste plano de prevenção, dizendo que, verifica que o plano contém apenas o que respeita aos incêndios e ao rescaldo, e que, não encontra nada neste plano em relação à criação de equipas de sapadores, ou à colocação nos locais de animais antes da ocorrência dos incêndios, para fazer prevenção da prevenção.

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que, numa primeira fase o documento foi para aprovação da Câmara Municipal e agora para aprovação da Assembleia Municipal. Informando que a seguir foi para discussão pública, e que, nessa fase foram dadas diversas sugestões. Esclareceu que, em janeiro do ano em curso saiu uma série de documentação específica referente ao Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios, que integra um plano de prevenção, e áreas de risco. Comentando que, os voos que havia eram muito antigos, sendo que, o próprio ordenamento florestal tinha que se justificar, porque algumas vezes as manchas florestais já não existiam porque tinham sido limpas, ou seja, todo o plano de prevenção está contemplado. -----

Expôs que, depois de todos estes passos vem o plano para aprovação final, referindo que, este plano é um documento muito trabalhado em conjunto

com diversas instituições e nesta fase final é extremamente importante, porque se não se tivesse avançado, e caso se tivesse seguido a linha do Sr. Secretário de Estado, provavelmente este plano estaria agora caducado. -----

Manifestou a sua satisfação por ter tomado esta decisão. -----

Referiu que, neste momento o que se pede é a aprovação final deste plano e considera que, contempla todas as considerações relativamente à prevenção e o combate ao incêndio, e também, a questão da cartografia, afirmando que, vai facilitar os investimentos especialmente na área rural. -----

Concluído o período das intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal pôs o assunto a votação tendo este órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Miranda do Douro para os anos 2021-2030. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** sublinhou as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Picote, Jorge Jacoto Lourenço, dizendo que, deveria ser dado andamento à publicação deste plano o mais rapidamente possível, porque realmente são do conhecimento geral alguns investimentos que dependem desta questão. -----

5. Aprovação em definitivo do Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito, Jorge Jacoto Lourenço. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio dizendo que, este regulamento estava desatualizado e que já havia algum tempo que tinha solicitado que fosse feita a sua atualização, tendo sido agora trazido a esta assembleia para aprovação definitiva. -----

O **Presidente da Junta de Freguesia de Picote**, Jorge Jacoto Lourenço, felicitou o município por este regulamento, dizendo que, considera que é um instrumento importante para o bom funcionamento do Centro de Acolhimento Juvenil. No entanto, não deixou de manifestar alguma mágoa, porque já tinha feito referência a esta questão de a junta de freguesia tentar dinamizar aquele espaço, que considera um espaço digno, enquadrado num local excelente. -----

Lembrou que, já tinha manifestado em diversas ocasiões que gostaria que a junta de freguesia que representa pudesse ajudar a dinamizar aquele espaço. Sendo com alguma tristeza que regista não ter sido possível, apelando que se for possível, fazê-lo através deste regulamento, a elaboração de um protocolo, a junta de freguesia estará disponível para dinamizar e dar efetivamente visibilidade a este espaço que tem a plena certeza que com tudo o que existe tem todas as condições em termos de património natural e cultural, para ter outro dinamismo, reforçando mais uma vez que, da parte da junta de freguesia fica a disponibilização de poder colaborar na dinamização daquele espaço que trará muita gente ao Barrocal e ao concelho, algo que lhe apraz registar enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Picote. -----

Terminada a intervenção do referido membro, o Presidente da Assembleia Municipal pôs este assunto a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, e em definitivo o Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro. -----

6. Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro - 2.º Semestre de 2020, no âmbito do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento que brevemente essa situação terminará, tendo a Câmara Municipal a obrigação de apresentar a esta assembleia este documento para conhecimento. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento do relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro, referente ao 2.º semestre de 2020, no âmbito do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local e Saneamento Financeiro. -----

7. Proposta - Revisão legal de contas, triénio 2021/2023 - Nomeação de auditor externo. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, e não se tendo inscrito nenhum membro pôs este assunto a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta respeitante à revisão legal de contas, para o triénio 2021/2023, tendo nomeado como auditor externo, a entidade Fernando Peixinho & José Lima, SROC. -----

8. Proposta - Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social para o ano 2021. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito: António Carção. -----

O **Deputado António Carção**, solicitou mais informações a respeito deste ponto, dizendo que, considera que se trata de um assunto importante, uma vez que se trata de uma transferência de competências. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, já foi comunicado à DGAL que não seriam aceites estas competências nesta fase por não estarem reunidas as condições necessárias para a sua aceitação, havendo necessidade de tomar uma série de decisões e arranjar uma série de instrumentos para fazer face as estas competências. Além disso, considera que é necessário haver mais esclarecimentos e mais dotação financeira por parte do Governo, neste âmbito. Pôs em questão se estaria em causa o posto da segurança social que existe em Miranda do Douro, tendo-lhe sido transmitido que não estaria em questão esse posto do segurança social. -----

Concluída a intervenção do referido membro, o Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o assunto supracitado tendo sido aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Órgão Executivo da Câmara Municipal, no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, não aceitando a transferência das referidas competências em 2021, por não se encontrarem reunidas as condições para a sua aceitação. -----

9. 2.ª Alteração modificativa ao orçamento para 2021, que compreende a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.ª alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 2.ª alteração modificativa ao orçamento da receita e a 1.ª alteração ao plano de atividades municipais. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, se trata de uma questão técnica apenas, que tem a ver com a dotação orçamental. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, e não se tendo inscrito nenhum dos membros presentes, pôs a votação o assunto supracitado, tendo sido aprovada, por unanimidade, a 2.^a alteração modificativa ao orçamento para 2021, que compreende a 2.^a alteração modificativa ao orçamento da despesa, a 2.^a alteração modificativa ao plano plurianual de investimento, a 2.^a alteração modificativa ao orçamento da receita e a 1.^a alteração ao plano de atividades municipais, que importa em € 281.000,45 (duzentos e oitenta e um mil euros, e quarenta e cinco cêntimos, dos quais, € 25.500,00 (vinte cinco mil e quinhentos euros) provêm da União Europeia e os restantes de fundos próprios, conforme consta na informação apresentada pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, da Câmara Municipal. -----

10. Apreciação da informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu inscrições para intervir neste ponto, tendo-se inscrito o Deputado António Carção. -----

O **Deputado António Carção** manifestou solidariedade para com o Presidente da Assembleia Municipal e a sua tomada de posição em relação à atitude do Presidente da Câmara Municipal, porque tem que haver independência dos órgãos executivo e deliberativo do município. Referindo que, muitas vezes não se pode sobrepor a forma ao conteúdo, porque o que importa são as ideias e a essência e a discussão saudável, porque quem usava o lápis azul era o Salazar, felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pela sua tomada de posição e manifestou mais uma vez a sua solidariedade em relação a ele, comentando que pena é que apenas agora no final do mandato tivesse esclarecido esta questão. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, respondeu que essa questão esteve sempre clara no seu pensamento e atitude, e que a constituição da Assembleia é composta tão só pela totalidade dos seus membros. -----

O **Deputado António Carção** ripostou dizendo que, esta assembleia não pode ser uma extensão da Câmara Municipal e que, sempre viu ao longo destes quase doze anos de mandato uma submissão por parte desta assembleia ao

Sessão de 30 de abril de 2021

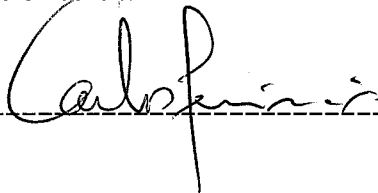
Presidente da Câmara. No entanto, a Câmara Municipal tem o seu papel e a assembleia tem outro papel e esse esse papel que deve desempenhar, deve haver compreensão e respeito, e dignificar os órgãos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que, já todos estavam esclarecidos. -----

Foi dado conhecimento do teor da informação apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

Nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a sessão eram doze horas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal

A Secretária da Sessão

